

# A AGENDA INTERDITADA

## UMA ALTERNATIVA DE PROSPERIDADE PARA O BRASIL

Manifesto dos economistas contra a política econômica

O Brasil está sendo levado a um beco sem saída de estagnação e desemprego por uma política econômica que capitulou à insensatez do totalitarismo de "mercado". Desde os anos 90 o debate sobre alternativas de desenvolvimento foi virtualmente interdito com o recurso ao dogma de que o "mercado", sábio e virtuoso, se deixado a si mesmo promoverá a prosperidade coletiva. Passado mais de um decênio em que o experimento neoliberal vem sendo praticado no Brasil, é hora de um balanço, e de um questionamento: até quando o crescimento com redistribuição de renda será negado à sociedade brasileira?

A interdição do debate econômico nos últimos anos pretendeu desqualificar como anacrônica toda crítica a qualquer aspecto da política econômica. Hoje, repetindo o que aconteceu na última década, a sociedade vem sendo privada de participar ou acompanhar um debate genuíno sobre medidas alinhadas com a verdade do príncipe, num peculiar movimento contraditório pelo qual toda a força do Estado foi colocada a serviço dos que querem privar o Estado de qualquer força.

O "mercado" não debate, apenas ameaça. E aqueles que deveriam debater em seu nome tomam a ameaça de suas reações como suficientes para cancelar o próprio debate. Os pontos-chave da política econômica são encapsulados numa cadeia de tabus porque a simples menção de discuti-los é descartada em face do risco da especulação do "mercado", pelo que o "mercado" obtém uma franquia para continuar atuando lucrativa e livremente, sem contestação, à sombra da proteção do Estado.

**Basta.** Queremos abrir a agenda da economia política brasileira e expor a caixa preta da política econômica ao debate aberto. É um imperativo moral que reconhecamos o alto desemprego, sem precedentes em nossa história, como o mais grave problema social brasileiro, resultante diretamente das políticas monetária e fiscal restritivas, assim como da abertura comercial sem restrições. É um imperativo político, em face dos direitos de cidadania e tendo em vista a preservação da democracia, que se promova uma política de pleno emprego para garantir a retomada do desenvolvimento com justiça social e estabilidade.

**Há alternativa.** Ela não passa por mudanças tópicas em um ou alguns dos aspectos da "coerente" política neoliberal em curso, mas pela inversão de toda a matriz da política econômica. Isso significa reforçar a interferência do Estado no domínio econômico, a exemplo do que ocorreu historicamente em situação similar com o New Deal, nos Estados Unidos, para corrigir as

distorções provocadas pelo "livre mercado", sobretudo o alto desemprego, que compromete a estabilidade social e política do País. Em linhas gerais, implicaria, enquanto perdurar o alto desemprego, um conjunto simultâneo de medidas do tipo:

1. controle de capitais externos e controle do câmbio em nível real favorável às exportações; condição necessária para:

2. enquanto perdurar o alto desemprego, redução do superávit primário até sua eventual eliminação pelo aumento responsável do dispêndio público, a fim de ampliar a demanda efetiva agregada induzindo a retomada do desenvolvimento e do emprego;

3. ampliação, em consequência, dos gastos públicos nos três níveis da administração, com prioridade para dispêndio com ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes geradores de empregos, e de competência também dos estados e municípios - o que implica a restauração da saúde financeira da Federação, inclusive mediante renegociação das dívidas de Estados e Municípios;

4. redução significativa da taxa básica de juros, como complemento indispensável da política fiscal de estímulo à retomada dos investimentos privados;

5. promoção de investimentos públicos e privados em saneamento e infraestrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade sistêmica da economia; incentivo a investimentos imediatos em setores privados próximos da plena capacidade;

6. manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações;

7. política de rendas pactuada para controle da inflação.

Sustentamos que o Brasil tem diante de si uma alternativa de política econômica de prosperidade. O atual Governo, que foi eleito em função de expectativas de mudança, tem diante de si a responsabilidade de evitar que a crise social herdada se transforme numa crise política de proporções imprevisíveis, a exemplo do que tem ocorrido em outros países da América do Sul contemporaneamente, e do que ocorreu historicamente na Europa, nos anos 20 e 30.

Colocamos o foco na promoção do pleno emprego porque se trata de uma política estruturante da solução de outros problemas sociais e econômicos - miséria, subemprego, marginalidade, iníqua distribuição de renda, violência, insegurança -, assim como da crise fiscal do setor público - neste caso pela previsível aumento de receitas (sem aumento de carga tributária) e queda de algumas despesas sociais na medida em que o desemprego se reduza. Contu-

tudo, este não é um projeto estritamente econômico, nem um projeto fechado. **É uma contribuição de economistas à busca de um novo destino nacional, base do resgate da cidadania e condição para uma sociedade solidária.**

Nenhuma das medidas propostas ou seu conjunto são um anátema à luz da história econômica real dos países que experimentaram algum êxito econômico e social. Desafiamos os que se escondem nas sombras, por trás da onipotência do deus "mercado", que sustentem à luz da discussão pública seu receituário de fórmulas abstratas que, uma vez testadas na prática, têm resultado em destruição permanente do tecido social, da atividade econômica e da soberania nacional. **Queremos o debate já. Queremos o exercício democrático da controvérsia. Chega de interdição.**

Rio de Janeiro, junho de 2003.

Assinaram o manifesto, entre outros, os economistas:

Ademir Figueiredo, Adhemar Mineiro, Alexandre Porciúncula Gomes Pereira, Aloísio Teixeira, Antônio Saraiva, Benício Viero Schmidt, Carlos Eduardo Gouveia, Carlos Medeiros, Carlos Pinkusfeld, Ceci Vieira Juruá, César Caldeira, César Benjamin, Cláudio Salm, Bernardo Karan, Carlos Alberto Martins da Costa, Carlos Alberto Oliveira Lima, Carlos Alves do Nascimento, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Cosenza, Carlos E. N. Gonçalves, Carlos Eduardo Carvalho, Carlos Eduardo Frickmann Young, Dércio Garcia Munhoz, Erikson Teixeira Lima, Fábio Freitas, Fernando Cardim, Franklin Serrano, Guilherme A. V. Dias, João Manoel Cardoso de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães, João Saboia, José Carlos de Assis, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcos Costa de Oliveira, Mariana Carlota Amorim Machado, Maurício Dias David, Mércio P. Gomes, Mônica Esteves de Carvalho, Ney Sant'Anna dos Santos, Nildo Ouriques, Nilton César Lima, Pierre Salama, Plínio de Arruda Sampaio Filho, Rafael Bicudo, Reinaldo Antonio Carcanholo, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Carneiro, Theotônio dos Santos, Walsey de Assis Magalhães, William Pinto Machado e Wilson Cano.

Economistas do DECON/UFPI que assinaram o manifesto:

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas", M<sup>a</sup> Elizabeth Duarte Silvestre, Solimar Oliveira Lima, Samuel Costa Filho, M<sup>do</sup> Socorro Lira Monteiro, Newton R. Clark, Vicente Ribeiro Gonçalves Jr, Edson José de Castro Lima, Tiago Cardoso Rosa, Jaíra Maria Alcobaça Gomes e Enoisa Veras.